

EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.959 - SC (2019/0269331-1)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
EMBARGANTE : A P
ADVOGADOS : CÉSAR CASTELLUCCI LIMA - SC022369
JHENIFFER LUANA ZAMBELLI - PR085613
FRANCIELEN ESTEFANI - PR085485
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE VIGÊNCIA AO ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM PARA REJULGAMENTO DO RECURSO INTEGRATIVO OPOSTO AO ACÓRDÃO DE IMPROCEDÊNCIA DA REVISÃO CRIMINAL. PREJUÍZO DAS DEMAIS QUESTÕES ARGUIDAS NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO. REDISCUSSÃO DO ENTENDIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ACLARATÓRIOS REJEITADOS.

1. O recurso especial interposto pela parte embargante foi parcialmente acolhido para efeito de se reconhecer a negativa de vigência ao art. 619 do Código de Processo Penal, com a determinação de retorno do feito à origem para rejulgamento dos embargos declaratórios apresentados pela defesa.
2. Essa situação acarreta prejuízo a enfrentamento das demais alegações contidas no recurso especial aviado nos autos, justamente porque o acórdão de improcedência da revisão criminal ainda depende da integração pelo julgamento dos aclaratórios manejados perante o Tribunal *a quo*, que, repita-se, deverá ser renovado, com a efetiva apreciação das questões arguidas.
3. Após o rejulgamento dos embargos de declaração na instância ordinária, caberá à parte, caso entenda necessário, provocar a jurisdição desta Corte Superior mediante a interposição de novo recurso especial, no qual poderá articular todas as suas teses defensivas sem o risco da falta de prequestionamento ou de indevida supressão de instância.
4. Inexistindo no acórdão embargado quaisquer dos vícios previstos no art. 619 do Código de Processo Penal, que permitem o manejo dos aclaratórios, não há como estes serem acolhidos.
5. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, rejeitar os embargos. Os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik e Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator